

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo. Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete às dezoito horas e trinta minutos, na sede do Instituto Municipal de Previdência, localizado à rua Tarquínio Cobra Olintho, nº69 na Vila Pereira, nesta cidade de São José do Rio Pardo, reuniu-se ordinariamente o Conselho Administrativo sob a presidência do Sr. Mario Aparecido Gusmão, estando presentes os seguintes conselheiros : Dr. Alcides Tiezzi;; Ana Alice De Marque; Antonio Carlos Jardim; Carlos Henrique da Trindade; Cleonice Aparecida L. Callegari; Fabiano Melo Calsoni; Francisco Carlos de Oliveira; Dr Hamilton Torres ; Helio Escudero; Ione Carla de Andrade Barros; Jorge Aureliano Sanches; Marcelo Donizeti Primini; Mario Aparecido Gusmão; Maria Cristina Silvério; Regina Marcia Braz Bocamino; Simone Maria de Rezende Bueno; Sônia Maria Vital Calsoni; Velmor Baldassim e Wanderley Aparecido Fernandes. Havendo número legal de participantes o sr. Presidente declarou aberta a reunião e apresentou a pauta do dia.1-Análise dos Balancetes dos meses de Setembro e Outubro de 2017; com parecer favorável do conselho fiscal. 2-Apreciação do 3º Relatório Trimestral da Carteira de Investimentos do IMP .3- Deliberação da Política de Investimentos do IMP para o exercício de 2018 elaborada pelo Comitê de Investimento do IMP. 4- Assuntos Diversos. Em seguida o Sr. Presidente convidou o contador do IMP o Sr. Marco Antônio Ferreira da Silva, para comentar sobre os referidos balancetes. O Sr. Marco confirmou as receitas do mês de Setembro/2017 no valor de R\$3.337.611,32 e Outubro/2017 no valor de R\$2.405.869,74 e as despesas do mês de Setembro/2017 no valor R\$ 1.953.336,27 e do mês de Outubro/2017 no valor de R\$2.093.752,31 e saldos Bancários do mês de Setembro de 2017 de R\$ 189.614.640,57 e do mês de Outubro/2017 de R\$ 189.926.758,00. Os balancetes após análise pelos conselheiros foram aprovados por unanimidade. Em seguida foi convidado o sr. Eduardo de Paula Marin, diretor Financeiro do IMP para comentar sobre o 3º Relatório Trimestral da Carteira de Investimentos de Julho/Agosto/Setembro/2017, apresentando gráficos sobre a Rentabilidade da Carteira mês a mês comparada com a meta atuarial e rentabilidade Individual por fundo de Investimento, demonstração gráfica da diversificação da carteira de Investimento em Renda Fixa, Distribuição Legal conforme a Resolução do BACEN 3922, Evolução do Patrimônio no Exercício de 2017, Resultado Geral dos Juros/Deságios R\$ e Saldo de Investimentos por Fundo no Trimestre Julho/Agosto/Setembro de 2017. O Relatório do 3º trimestre mostrou um bom desempenho da Carteira em especial no mês de Julho com rentabilidade maior perante os demais, registrando 1,87% de rentabilidade com retorno financeiro de R\$3.457.606,26. Já o mês de agosto sentiu a volatilidade do mercado financeiro causando recuo de rentabilidade, mesmo assim, fechando com 0,96% de rentabilidade contra a meta atuarial de 0,46%. Destaque no mês de agosto dos recebimentos de Juros programados dos Fundos de Investimentos: BB. Prev. IPCA I, BB Prev.IX, BB Prev.XII, Caixa/2018/2018 III, recursos na ordem de R\$1.620.milhões, sendo destinado aos fundos CDIs. O mês de setembro não foi muito diferente do mês anterior, os fundos reagiram com a publicação do grau de endividamento das contas Públicas do Governo Federal e a piora no curto prazo da recuperação econômica medida pelo PIB, trouxe um <stress>, para o mercado financeiro e Títulos Públicos Federais. De um lado a queda na inflação nacional de alguma forma estimulou também a queda da taxa SELIC e uma

inflação abaixo da meta estipulada pelo Governo traz uma estagnação no consumo final, indicando que a Economia está retraída. Para os fundos de investimentos compostos de Títulos Públicos Federais indexados aos índices de inflação ou Selic, não é boa essa baixa brusca, trazendo retorno abaixo do que vinham apresentando. Mantendo a estratégia de retaguarda a carteira obteve uma performance positiva com 10,31% de estabilidade, contra uma meta atuarial de 5,77%, com margem acima de 4,54%. O sr. Eduardo finalizou que, apesar dos nove meses de exercício com muitas adversidades e futuros assuntos de grande peso em especial a Reforma da Previdência com posicionamento em aguardo, a meta atuarial está garantida para fechamento do ano. E que o Comitê de Investimento reforça o empenho nas escolhas dos produtos de investimentos, para o melhor desempenho da vida financeira do IMP. Os srs. Conselheiros aprovaram como a carteira de Investimentos vem sendo conduzidas pelo Comitê de Investimentos. Em seguida foi apresentada a Política de Investimentos do IMP. para deliberação, para o exercício de 2018, elaborada pelo Comitê de Investimentos do IMP. e aprovada conforme Resolução CMN nº3.922/10, de 25 de Novembro de 2010 em conformidade com o Art.5º. Devidamente aprovada pelo órgão superior de supervisão e deliberação. Os investimentos obedecerão as diretrizes e princípios contidos nesta Política de Investimentos estabelecida em consonância com os dispositivos da legislação específica em vigor, atendendo à formalidade legal que direciona todo o processo de tomada decisões, gerenciamento e acompanhamento dos recursos previdenciários a fim de garantir a manutenção do equilíbrio econômico –financeiro e atuarial entre seus ativos e passivos. O Sr. Eduardo finalizou que o Comitê de Investimentos do Instituto Municipal de Previdência cumprirá com todas as normas estabelecidas pelo Ministério de Previdência Social, mantendo a posição de investidor conservador a curto e médio prazo os indicadores apresentados nesta situação econômica nacional retrata que a renda fixa na qual a gestão do IMP. detém 100% com seus investimentos e que 96,81% são compostos por títulos Públicos Federais atrelados ao índice de inflação Selic., dificultando com isso a rentabilidade para esses ativos em razão da queda do prêmio pago pelos investimentos. Dessa maneira, a Política de investimentos para o próximo ano constará o seguimento Renda Variável como alternativa de aplicação financeira possibilitando buscar novos ativos que será inevitável a elevação do retorno agregando também o grau de risco de mercado. A política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação, devidamente aprovada pelo órgão de supervisão e deliberação antes de sua implementação efetiva. A política anual de investimentos e suas revisões deverão ser disponibilizadas pelos responsáveis pela gestão do regime próprio da previdência social aos seus segurados no prazo de trinta dias contados da data de sua aprovação observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social (Portaria MPS nº 170 de 25/04/2012 art. 3 inciso VIII) Os conselheiros aprovaram a Política anual de Investimentos para 2018. Em seguida passou-se para Assuntos diversos com o Sr. Fabiano Boaro de Sousa informando que a partir de 01/11/2017 o auxílio doença passou a ser de responsabilidade da Prefeitura Municipal e que o IMP. irá contratar equipe médica para avaliar as aposentadorias por invalidez, através de exames com documentação bem fundamentada. Apresentou resumo da folha de pagamento competência outubro/2017 benefício auxílio doença, com proventos de R\$173.442,76 e

desconto de R\$37.534,09 num total líquido de R\$135.908,67. Com base de cálculo da Previdência Servidores de: R\$172.585,12 e Previdência Patronal de: R\$173.442,76 no total de contribuição patronal RPPS de R\$30.335,12 e outras contribuições patronais no valor de 688,83. Falou também sobre a compensação previdenciária que estava bloqueada desde o bloqueio do CRP. Apresentou relatório de Fechamento Financeiro de Compensação Previdenciária bloqueadas desde 03/2015 no valor de R\$73.164,30 e 04/2015 a 10/2017 no valor de R\$5.018.364,25, cujo pagamento será efetuado de acordo com o saldo de compensação apurado no ajuste de Contas (RO E RI)Em seguida comentou sobre a Licitação para venda da folha de pagamento cujo vencedor foi o Banco Bradesco e apresentou comparativo entre a cidade de São José e as cidades de Leme, Itapira e Ourinhos, São José do Rio Pardo tem 649 aposentados e pensionistas tendo recebido proposta de R\$703,97 por funcionário num total R\$456.874,15 por 60 meses, apresentando na média uma diferença a maior em relação às cidades citadas no valor de R\$157.450,59. Foi perguntado pelo conselheiro Francisco Carlos de Oliveira sobre o andamento dos bens Patrimoniais da Prefeitura Municipal e nos foi dito que, segundo o atuário há ainda etapas a serem cumpridas como o recadastramento dos funcionários da prefeitura e análise da insalubridade que, segundo o atuário tem grande impacto na avaliação atuarial. Nada Mais havendo a tratar o Sr presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Eu Sônia Maria Vital Calsoni, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, vai assinada por mim e demais conselheiros presentes. _____

01-Alcides Tiezzi: _____

02-Ana Alice De Marque: _____

03-Antonio Carlos Jardim: _____

04-Fabiano Mello Calsoni: _____

05- Carlos Henrique da Trindade: _____

06-Cleonice Aparecida L . Calegari: _____

07- Francisco Carlos de Oliveira: _____

08 - Hamilton Torres: _____

09-Helio Escudero: _____

10-Ionne Carla de Andrade Barros: _____

11- Jorge Aureliano Sanches: _____

12- Maria Cristina Silvério: _____

13- Mario Aparecido Gusmão: _____

14-Marcelo Donizete Primini: _____

15-Regina Marcia Braz Bocamino:_____

16-Simone Maria de Rezende Bueno:_____

17- Velmor Baldassim:_____

18-Wanderley Aparecido Fernandes:_____

-----X-----